



## Relatório nº22/2025.

Fls. N.º	25
Proc.	PLE
	12/25

PROCESSO: **Projeto de Lei nº 12/2025**

AUTORIA: Luiz Francisco Boigues

DATA: **04 de junho de 2025.**

**ASSUNTO:** institui o programa de "Guarda Subsidiada Provisória" no Município de Álvares Machado e dá outras providências

### 1. DO RELATÓRIO:

Serve o presente relatório para análise jurídica do **projeto em epígrafe.**

### 2. DOS FUNDAMENTOS

De acordo com as competências desta Relatoria de Comissão de Justiça, Redação e Legislação Participativa; **ACOMPANHO** o Parecer Jurídico do Procurador Legislativo da Câmara Municipal de Álvares Machado, **CONCLUINDO PELA LEGALIDADE DO PROJETO** em análise, desde que atendidas as recomendações realizadas na fundamentação do parecer jurídico desta casa.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Considero, como Relator, que o este Projeto está apto para ser enviado, discutido e apreciado em plenário, pois o projeto se encontra de acordo com os aspectos constitucionais, legais, jurídicos, gramaticais e lógicos no que compete à análise desta Comissão conforme Regimento Interno.

É o Relatório que submeto a apreciação desta Comissão.

Sala de Vereadores da Câmara Municipal de Álvares Machado.

  
Relator: Carlos Alexandre Arques Sanches (União)



Câmara Municipal de  
**Álvares Machado**

**Comissão de Justiça, Redação e Legislação Participativa.**

cmalvaresmachado.lidoc.com.br  
camara@alvaresmachado.sp.leg.br  
www.alvaresmachado.sp.leg.br  
Rua Monsenhor Nakamura, 783, centro  
19.160-049, Álvares Machado-SP  
☎ (18) 3273-1331

Fls. N.º	26
Proc. PLE	
12/25	

## PARECER Nº 22/2025.

**PARECER da CJRLP:** A Comissão, em análise ao processo emite parecer **FAVORÁVEL** em concordância com a relatoria desta Comissão, considerando que o **Projeto de Lei nº 12/2025 de autoria do Prefeito Municipal Luiz Francisco Boigues de 04 de junho de 2025.** está apto para ser discutido e deliberado em Plenário.

*É o parecer.*

Sala de Vereadores da Câmara Municipal de Álvares Machado, **09 de junho de 2025.**

Presidente: Lucinéia Maria Alves Paduan (PSDB)

Relator: Carlos Alexandre Arques Sanches (União)

Membro: João Eduardo Ramirez Sanchez (Republicanos)





Proc. N.º	27
Proc. PLE	
12/25	

**PARECER Nº13/2025.**

**EMENTA: PROJETO DE LEI ORDINÁRIA. INICIATIVA DO PODER EXECUTIVO. INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA "GUARDA SUBSIDIADA PROVISÓRIA" NO MUNICÍPIO DE ÁLVARES MACHADO. PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO.**

## **1. DO RELATÓRIO**

Serve o presente parecer para analisar a legalidade do Projeto de Lei nº 12/2025, de autoria do Poder Executivo, que institui o programa de "Guarda Subsidiada Provisória" no Município de Álvares Machado e dá outras providências.

## **2. DOS FUNDAMENTOS**

É de competência de o Município legislar sobre assunto de interesse local, tal como a instituição do Programa de "Guarda Subsidiada Provisória" no âmbito do Município de Álvares Machado destinado a crianças e/ou adolescentes que estejam com seus direitos violados e em situação de risco social e pessoal, consoante art. 30, inciso II, da CF/88; e arts. 12 e 233 da Lei Orgânica Municipal.

Quanto à iniciativa pelo Poder Executivo, trata-se de competência privativa, fundamentada no art. 24, §2º, da Constituição Bandeirante, uma vez que define novas atribuições à Divisão Municipal de Assistência Social, que coordenará o programa.

Quanto à espécie normativa, Lei Ordinária, não há impedimento, uma vez que a matéria ora tratada não é reservada à lei complementar, visto que não prevista no rol do art. 91, parágrafo único, da Lei Orgânica Municipal ou em outro dispositivo específico que faça essa exigência.

Quanto ao conteúdo normativo, a proposição encontra amparo na Constituição Federal, especialmente no seu art. 227, que estabelece o dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar a proteção integral da criança e do adolescente. Com efeito, também estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), em seu art. 4º. Sendo assim, trata-se de política pública que visa proteger e garantir o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes do Município.

Vale ressaltar que, conforme consta na justificativa anexa ao PLO, as despesas atuais com o formato em que se encontra é de R\$ 5.000,00 por criança e gastos mensais na casa dos R\$30.000,00. Alegam que esses custos serão reduzidos, podendo desta forma aplicar essa diferença em outros projetos e demandas do município.

Contudo, no caso em exame, denota-se do processo legislativo que a Assessoria Contábil / Financeira da Prefeitura Municipal não apresentou estudo da estimativa de impacto financeiro referente ao PLO 12/2025, ora em análise.



Câmara Municipal de  
**Álvares Machado**

**Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.**

cmalvaresmachado.lidoc.com.br  
camara@alvaresmachado.sp.leg.br  
www.alvaresmachado.sp.leg.br  
Rua Monsenhor Nakamura, 783, centro  
19.160-049, Álvares Machado-SP  
☎ (18) 3273-1331

Ressalta-se que, consoante art. 16 da LRF, o estudo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro deve contemplar o exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.

Nesse contexto, ainda que o valor do auxílio será definido por Decreto pelo Poder Executivo (art. 7º; art. 8º, IV, ambos do PLO), o estudo da estimativa de impacto não pode ser dispensado, por se tratar de instrumento essencial de planejamento financeiro e orçamentário, sobre o qual a Comissão competente deve lançar análise.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, como Relator da Comissão, opino para que seja **solicitado ao Sr. Prefeito o competente estudo de impacto financeiro orçamentário para que esta Comissão Permanente possa fazer o devido exame antes de apreciação pelo Plenário desta Casa.**

*É o parecer.*

Sala de Vereadores da Câmara Municipal de Álvares Machado.

09 de junho de 2025.

  
\_\_\_\_\_  
Presidente: Carlos Alexandre Arques Sanches (União)

  
\_\_\_\_\_  
Relator: Michael Rodrigues (Republicanos)

  
\_\_\_\_\_  
Membro: José Carlos Cabrera Parra (PSDB)





Câmara Municipal de  
**Álvares Machado**

**Comissão de Educação, Saúde, Assistência Social e Esportes.**

cmalvaresmachado.1doc.com.br  
camara@alvaresmachado.sp.leg.br  
www.alvaresmachado.sp.leg.br  
Rua Monsenhor Nakamura, 783, centro  
19.160-049, Álvares Machado-SP  
☎ (18) 3273-1331

## RELATÓRIO Nº007/2025.

Fls. N.º	28
Proc.	PLE
	12/25

PROCESSO: **Projeto de Lei Ordinária nº 12/2025.**

AUTORIA: Prefeito Luiz Francisco Boigues.

Apresentação: **09 de Junho de 2025.**

ASSUNTO: Institui o Programa de “Guarda Subsidiada Provisória” no Município de Álvares Machado e dá outras providências.

### 1. DO RELATÓRIO:

Serve o presente relatório para análise jurídica do **projeto em epígrafe.**

### 2. DOS FUNDAMENTOS

De acordo com as competências desta Relatoria de Comissão de Justiça, Redação e Legislação Participativa; **ACOMPANHO** o Parecer Jurídico do Procurador Legislativo da Câmara Municipal de Álvares Machado, **CONCLUINDO PELA LEGALIDADE DO PROJETO** em análise, desde que atendidas as recomendações realizadas na fundamentação do parecer jurídico desta casa.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Considero, como Relatora, que este projeto está apto para ser enviado, discutido e apreciado no plenário, pois o projeto se encontra de acordo com os aspectos constitucionais, legais, jurídicos, gramaticais e lógicos no que compete à análise dessa Comissão conforme Regimento Interno. É o Relatório que submeto a apreciação desta Comissão.

Sala de Vereadores da Câmara Municipal de Álvares Machado, 09 de j u n h o de 2025.

Relatora: Lucinéia Maria Alves Paduan (PSDB)



Câmara Municipal de  
**Álvares Machado**

**Comissão de Educação, Saúde, Assistência Social e Esportes.**

cmalvaresmachado.1doc.com.br  
camara@alvaresmachado.sp.leg.br  
www.alvaresmachado.sp.leg.br  
Rua Monsenhor Nakamura, 783, centro  
19.160-049, Álvares Machado-SP  
☎ (18) 3273-1331

Fls. N.º	29
Proc.	PLE
	12/25

**PARECER Nº007/2025.**

**Comissão de Educação, Saúde, Assistência Social e Esportes.**

A Comissão, após análise do Projeto de Lei Ordinária nº 12/2025, de autoria do Prefeito Luiz Francisco Boigues, que Institui o Programa de “Guarda Subsidiada Provisória” no Município de Álvares Machado, manifesta-se **favoravelmente à sua aprovação**, por entender que a matéria se encontra em conformidade com o ordenamento jurídico vigente e atende ao interesse público.

O parecer acompanha integralmente o relatório apresentado pela relatora e conclui que a proposição está apta a ser apreciada e deliberada em Plenário.

**É o parecer.**

**Sala de Vereadores da Câmara Municipal de Álvares Machado, 09 de junho de 2025.**

*É o parecer.*

Sala de Vereadores da Câmara Municipal de Álvares Machado, 09 de junho de 2025.

Presidente: Regina Márcia da Silva (PP)

Relator: Lucineia Maria Alves Paduan (PSDB)

Membro: Marcos Roberto da Silva Soares (PRD)





Fls. N.º	30
Proc.	PLE
12/25	

**RELATÓRIO DO PARECER Nº 015/2025**

**MATÉRIA:** Projeto de Lei nº 11/2025

**AUTORIA:** Prefeito Luiz Francisco Boigues

**DATA:** 22 de maio de 2025

**ASSUNTO:** INSTITUIÇÃO DA BRIGADA DE INCÊNDIO NO MUNICÍPIO DE ÁLVARES MACHADO. CRIAÇÃO DE OITO FUNÇÕES GRATIFICADAS DE BRIGADISTA. ESTUDO DE IMPACTO FINANCEIRO APRESENTADO. RECOMENDAÇÕES ÀS COMISSÕES PERMANENTES COMPETENTES.

**1. DO RELATÓRIO**

Trata-se de parecer da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle para analisar a legalidade e os aspectos financeiros-orçamentários do **Projeto de Lei nº 11/2025**, de autoria do Poder Executivo, que institui a Brigada de Incêndio no Município de Álvares Machado e dá outras providências.

**2. DOS FUNDAMENTOS**

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 30, inciso II, confere competência aos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local. A instituição da Brigada de Incêndio no âmbito do Município de Álvares Machado, vinculada a Diretoria Municipal de Obras, caracteriza-se como matéria de interesse local. De igual modo, a Lei Orgânica do Município, em seu art. 12, dispõe que compete ao município, no exercício de sua autonomia de legislar sobre interesse local.

O Projeto de Lei tem como objetivo por meio da instituição da brigada de incêndio, realizar atividades de prevenção e combate a incêndios e medidas correlatas, inclusive de apoio às ações de defesa civil; defesa civil: conjunto de ações preventivas de socorro, assistencial e reconstrutivas destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar a moral da população e reestabelecer a normalidade social; combate a incêndio: conjunto de ações táticas, destinadas a extinguir ou isolar o incêndio com uso de equipamentos manuais ou automáticos.

Tal iniciativa busca assegurar respostas mais eficazes na proteção da vida e do patrimônio público, além de prevenir ou mitigar eventuais danos ambientais decorrentes de incêndios ou situações similares, mediante atendimento imediato e oportuno em cenários emergenciais.

Quanto ao Estudo de Impacto Orçamentário e Financeiro apresentado pelo Prefeito Municipal, observa-se que o impacto financeiro será de R\$ 86.383 anual, o que representa os seguintes impactos no orçamento e no caixa do Município:

Valor da Despesa no 1º Exercício	2.896.138
Impacto % sobre o Orçamento do 1º Exercício	2,33
Impacto % sobre o Caixa no 1º Exercício	2,10
Valor da Despesa no 2º Exercício	3.011.772
Impacto % sobre o Orçamento do 2º Exercício	2,43
Impacto % sobre o Caixa no 2º Exercício	2,19
Valor da Despesa no 3º Exercício	3.011.772
Impacto % sobre o Orçamento do 3º Exercício	2,43
Impacto % sobre o Caixa no 3º Exercício	2,19



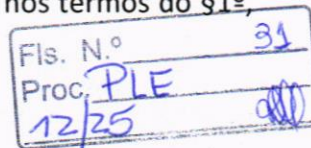


Câmara Municipal de  
**Álvares Machado**

**Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.**

cmalvaresmachado.1doc.com.br  
camara@alvaresmachado.sp.leg.br  
www.alvaresmachado.sp.leg.br  
Rua Monsenhor Nakamura, 783, centro  
19.160-049, Álvares Machado-SP  
(18) 3273-1331

Embora os percentuais estejam dentro dos limites legais, cumpre ressaltar que o estudo revela que a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera os 85%, caso em que os gestores poderão, caso queiram, dentre outras situações: impedir aumento do gasto com pessoal; 2. Frear a criação de novas despesas obrigatórias; proibir concessão ou ampliação de isenções tributárias; vedar o reajustamento de contratos acima da inflação, nos termos do §1º, art. 167-A, da CF.



### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, como Relator da Comissão, opino pela legalidade do projeto e que o mesmo se encontra apto para ser votado em plenário.

Submeto o presente relatório à consideração dos demais membros desta Comissão.

Sala de Vereadores da Câmara Municipal de Álvares Machado, **16 de junho de 2025.**

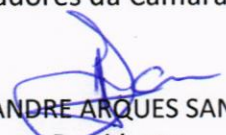
  
MICHAEL DOS SANTOS RODRIGUES (REPUBLICANOS)  
Relator

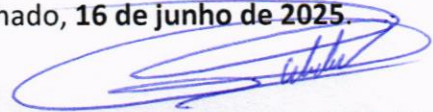
### **PARECER Nº 015/2025 \_ COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

A Comissão, em análise ao processo emite parecer **FAVORÁVEL** em concordância com a relatoria desta Comissão, considerando que o **Projeto de Lei nº 11/2025** está apto para ser discutido e deliberado em Plenário.

*É o parecer.*

Sala de Vereadores da Câmara Municipal de Álvares Machado, **16 de junho de 2025.**

  
CARLOS ALEXANDRE ARQUES SANCHES (UNIÃO)  
Presidente

  
JOSE CARLOS CABRERA PARRA (PSDB)  
Membro

  
MICHAEL DOS SANTOS RODRIGUES (REPUBLICANOS)  
Relator





Fls. N.º	32
Proc. PLE	
12/25	

## RELATÓRIO DO PARECER Nº 013/2025

**MATÉRIA:** Projeto de Lei nº 12/2025

**AUTORIA:** Prefeito Luiz Francisco Boigues

**DATA:** 05 de junho de 2025

**ASSUNTO:** PROJETO DE LEI ORDINÁRIA. INICIATIVA DO PODER EXECUTIVO. INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA "GUARDA SUBSIDIADA PROVISÓRIA" NO MUNICÍPIO DE ÁLVARES MACHADO. PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO. RECOMENDAÇÕES ÀS COMISSÕES PERMANENTES COMPETENTES

### 2. DO RELATÓRIO

Serve o presente parecer para analisar a legalidade do Projeto de Lei nº 12/2025, de autoria do Poder Executivo, que institui o programa de "Guarda Subsidiada Provisória" no Município de Álvares Machado e dá outras providências.

### 2. DOS FUNDAMENTOS

É de competência de o Município legislar sobre assunto de interesse local, tal como a instituição do Programa de "Guarda Subsidiada Provisória" no âmbito do Município de Álvares Machado destinado a crianças e/ou adolescentes que estejam com seus direitos violados e em situação de risco social e pessoal, consoante art. 30, inciso II, da CF/88; e arts. 12 e 233 da Lei Orgânica Municipal.

Quanto à iniciativa pelo Poder Executivo, trata-se de competência privativa, fundamentada no art. 24, §2º, da Constituição Bandeirante, uma vez que define novas atribuições à Divisão Municipal de Assistência Social, que coordenará o programa.

Quanto à espécie normativa, Lei Ordinária, não há impedimento, uma vez que a matéria ora tratada não é reservada à lei complementar, visto que não prevista no rol do art. 91, parágrafo único, da Lei Orgânica Municipal ou em outro dispositivo específico que faça essa exigência.

Quanto ao conteúdo normativo, a proposição encontra amparo na Constituição Federal, especialmente no seu art. 227, que estabelece o dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar a proteção integral da criança e do adolescente. Com efeito, também estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), em seu art. 4º. Sendo assim, trata-se de política pública que visa proteger e garantir o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes do Município.

Quanto ao estudo de impacto, foi apresentado pelo executivo, onde o custo atual por criança é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), terá um diminuição significativa, sendo esse valor estimado de R\$ 1.412,00 (



Câmara Municipal de  
**Álvares Machado**

Fls. N.º	33
Proc.	PLE
	12/25

cmalvaresmachado.1doc.com.br  
camara@alvaresmachado.sp.leg.br  
www.alvaresmachado.sp.leg.br  
Rua Monsenhor Nakamura, 783, centro  
19.160-049, Álvares Machado-SP  
(18) 3273-1331

**Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.**

Um mil quatrocentos e doze reais) por criança, e podendo chegar até R\$ 2.118,00 ( Dois mil cento e dezoito reais) quando a criança ou adolescente for especial.

Essa diferença de custo por criança, multiplicada pelo número de crianças acolhidas, demonstra o potencial de otimização dos recursos orçamentários que o programa de guarda subsidiada pode proporcionar.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na qualidade de Relator da Comissão de Finanças, entendo que o **Projeto de Lei nº 12/2025**, está apto a ser discutido e levado ao plenário.

Submeto o presente relatório à consideração dos demais membros desta Comissão.

Sala de Vereadores da Câmara Municipal de Álvares Machado, **16 de junho de 2025**.

Relator: Michael Rodrigues (Republicanos)

### **PARECER Nº 013/2025 \_ COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

A Comissão, em análise ao processo emite parecer **FAVORÁVEL** em concordância com a relatoria desta Comissão, considerando que o **Projeto de Lei nº 12/2025** está apto para ser discutido e deliberado em Plenário.

*É o parecer.*

Sala de Vereadores da Câmara Municipal de Álvares Machado, **16 de junho de 2025**.

CARLOS ALEXANDRE ARQUES SANCHES (UNIÃO)  
Presidente

JOSE CARLOS CABRERA PARRA (PSDB)  
Membro

MICHAEL DOS SANTOS RODRIGUES (REPUBLICANOS)  
Relator